

Relator busca consenso para Lei Geral dos Contratos de Seguro

Vamos buscar um texto consensual. A afirmação foi feita pelo deputado Armando Vergílio (PSD-GO), relator do Projeto de Lei 3555/04 – que estabelece regras gerais para os contratos de seguros – após audiência pública realizada nesta terça-feira (20) para discutir a proposta, na comissão especial criada para analisar a matéria, na Câmara. Vergílio – que também é presidente da Fenacor – utilizará como base para o seu relatório as opiniões apuradas nessa audiência pública no seminário “Nova Lei Geral do Seguro – PL 3.555-A”, realizado no dia 08 de novembro, com a presença de parlamentares e especialistas; e de outra audiência pública, marcada para a próxima quarta-feira (28), na qual serão ouvidas várias personalidades do setor. O encontro desta terça-feira contou com a participação do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, que apresentou a proposta quando ainda era deputado, em 2004. Ele defendeu o projeto, argumentando que é preciso aumentar a segurança jurídica no setor e de seguros e “balizar direitos dos consumidores”. Para o ministro, é importante manter a espinha dorsal da proposta original. Ele entende que é razoável que um setor que mobiliza tantos recursos seja regulado sem a participação do Legislativo, apenas com normativos infralegais editados pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e, em menor escala, pelo Código Civil. “Quando há interesses econômicos tão relevantes, o balizamento legal garante direitos, limites, regras, inclusive para a Administração Pública, que ter garantias para agir, e para a sociedade, que ganhar segurança em contratos dessa natureza”, afirmou José Eduardo Cardozo. O ministro da Fazenda, Guido Mantega, que foi convidado, não pode comparecer à audiência pública, sendo representado pelo secretário Executivo Adjunto do Ministério, Dyogo Henrique de Oliveira, que manifestou oposição ao projeto. Segundo ele, o mercado brasileiro é exemplo mundial de qualidade e não precisa de uma ampla legislação. O secretário observou que ainda são registrados problemas nos grandes contratos, firmados em obras de infraestrutura como usinas elétricas, plataformas de petróleo e rodovias. “Não há, de maneira prática, uma regra geral que possa ser aplicada em empreendimentos com naturezas tão distintas. Nosso receio é enquadrar tudo em uma regra que acabe aumentando os custos por conta da dificuldade de prever todas as situações relacionadas aos projetos”, alertou.

Aqui você encontra [notícias sobre a previdência](#)

e fica por dentro de tudo o que acontece

Sobre o Autor

Após a publicação de uma revista dirigida a todos os segmentos do mercado de seguros: corretores, seguradores, resseguradores, técnicos de seguros, entidades do setor, gerentes de risco e empresas interessadas no segmento de seguro do País.

Source: <http://www.artigo1.com>